

Primeiro boletim eletrônico do MPMG em atividade, com matérias de interesse institucional coletadas em fontes oficiais de informação.

Volume: 10

Número: 390

27/01/2026

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

[ATO CEAF Nº 1, DE 27 DE JANEIRO DE 2026](#)

Institui os critérios objetivos a serem utilizados nas seleções de residência por valoração de mérito.

[PORTARIA PGJ Nº 202, DE 20 DE JANEIRO DE 2026](#)

Fixa os valores da bolsa-auxílio mensal e do auxílio transporte devidos aos residentes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

[PORTARIA PGJ Nº 203, DE 20 DE JANEIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre a autorização de unidades e programas institucionais para utilização de logotipos próprios, na forma da Resolução PGJ nº 36, de 05 de dezembro de 2025.

[PORTARIA PGJ Nº 236, DE 23 DE JANEIRO DE 2026](#)

Atualiza o valor dos auxílios que especifica.

[PORTARIA PGJ Nº 237, DE 23 DE JANEIRO DE 2026](#)

Atualiza o valor do auxílio-saúde devido aos servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

[PORTARIA PGJ Nº 238, DE 23 DE JANEIRO DE 2026](#)

Atualiza o valor do auxílio previsto na Resolução PGJ n.º 31, de 7 de julho de 2023.

[RESOLUÇÃO PGJ Nº 1, DE 22 DE JANEIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre o Grupo Especial de Promotores de Justiça de Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público (GEPP).

[RESOLUÇÃO PGJ Nº 2, DE 23 DE JANEIRO DE 2026](#)

Altera o Anexo Único da Resolução PGJ n.º 64, de 4 de julho de 2014, que institui a diária integral com pernoite no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e adota outras providências.

[RESOLUÇÃO PGJ Nº 3, DE 23 DE JANEIRO DE 2026](#)

Altera os valores da indenização de transporte previstos nas Resoluções PGJ nº 35, de 29 de maio de 2012 e n.º 64, de 4 de julho de 2014.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

[PORTARIA CONJUNTA TJMG CGJ Nº 1.767, DE 21 DE JANEIRO DE 2026](#)

Estabelece e regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, o fluxo administrativo de recebimento, processamento e monitoramento de notícias de tortura ou de maus-tratos praticados contra adolescente ou jovem a quem se atribui a prática de ato infracional ou que esteja em cumprimento de medida socioeducativa.

[PORTARIA DF Nº 1, DE 16 DE JANEIRO DE 2026](#)

Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Minas Novas.

[PORTARIA DF Nº 1, DE 22 DE JANEIRO DE 2026](#)

Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Nova Resende - MG.

[PORTARIA DF Nº 2, DE 20 DE JANEIRO DE 2026](#)

Disciplina a suspensão do expediente forense em unidades da Comarca de Juiz de Fora - MG.

[PORTARIA DF Nº 3, DE 14 DE JANEIRO DE 2026](#)

Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Guarani.

[PORTARIA DF Nº 3, DE 16 DE JANEIRO DE 2026](#)

Disciplina a suspensão do expediente forense da Comarca de Cristina-MG.

[PORTARIA DF Nº 5, DE 20 DE JANEIRO DE 2026](#)

Suspende o expediente forense do Fórum da Comarca de Passos.

[PORTARIA DF Nº 6, DE 23 DE JANEIRO DE 2026](#)

Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Guarani devido à inauguração do novo prédio.

[PORTARIA DF Nº 22, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025](#)

Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Botelhos.

[PORTARIA DF Nº 25157289, DE 21 DE JANEIRO DE 2026](#)

Disciplina a suspensão do expediente forense na Comarca de Santa Rita de Caldas/MG em virtude da interrupção de energia elétrica, no dia 23/01/2026 das 9h às 16h para a realização de manutenção.

[PORTARIA IEPHA Nº 60, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025 \(Complementação\)](#)

“Assunto: Estabelecimento de diretrizes para intervenção em área específica do perímetro de proteção provisória da Serra do Curral.”

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[PORTARIA MDS Nº 1.148, DE 23 DE JANEIRO DE 2026](#)

Disciplina o apoio técnico e institucional para implementação do Protocolo Brasil Sem Fome, instituído pela Resolução CGI-BSF nº 2, de 16 de setembro de 2025, do Comitê Gestor Intersetorial do Plano Brasil Sem Fome.

[PROVIMENTO CNMP Nº 2, DE 20 DE JANEIRO DE 2026](#)

Dispõe sobre o estágio probatório dos(as) membros(as) do Ministério Público brasileiro, estabelece diretrizes nacionais de orientação, acompanhamento, fiscalização e avaliação, e incorpora o teor da Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 01, de 15 de março de 2018.

RESOLUÇÃO CONAVEG Nº 7, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025

Institui o Núcleo de Monitoramento e Avaliação - NMA e o Núcleo de Articulação Territorial - NAT, no âmbito da Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa - Conaveg.

IMPORTANTE: Os textos dos atos normativos e da legislação disponíveis têm caráter meramente informativo, não dispensando a consulta aos Diários Oficiais para a comprovação da existência de direitos nos termos da legislação vigente.